

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

GABRIELLE REIS DE OLIVEIRA

**A PRÁTICA BATISMAL NA TRADIÇÃO APOSTÓLICA
EM HIPÓLITO DE ROMA (SÉCS II-III)**

SÃO CRISTÓVÃO – SE
FEVEREIRO DE 2021

GABRIELLE REIS DE OLIVEIRA

**A PRÁTICA BATISMAL NA TRADIÇÃO APOSTÓLICA
EM HIPÓLITO DE ROMA (SÉCS II-III)**

Artigo Científico entregue ao
Departamento de História da Universidade
Federal de Sergipe, como requisito
obrigatório para a conclusão do curso em
Licenciatura Plena em História.

Orientador: Professor Rafael Costa Prata

SÃO CRISTÓVÃO – SE

FEVEREIRO DE 2021
**A PRÁTICA BATISMAL NA TRADIÇÃO APOSTÓLICA EM
HIPÓLITO DE ROMA II-III**

Gabrielle Reis de Oliveira¹

RESUMO:

Após o Concílio Vaticano II a Igreja católica assumiu novas diretrizes diante da iniciação cristã. Passando compreender que essa deveria ser modificada diante da realidade emergente, por tanto se utilizou dos escritos da patrística para basear a renovação e de maneira especial a descrição do catecumenato presente na obra Tradição Apostólica. Posto isto, esse trabalho pretende abordar historicamente o batismo, como também o documento fundante do catecumenato cristão, por meio da abordagem da Nova História Cultural.

Palavras-chaves: batismo, catecumenato, Tradição Apostólica.

ABSTRACT:

After the Second Vatican Council, the Catholic Church took on new guidelines in the face of Christian initiation. Coming to understand that this should be modified in the face of the emerging reality, so the writings of patristics were used to base the renovation and in a special way the description of the catechumenate present in the work Apostolic Tradition. That said, this work intends to address historically baptism, as well as the founding document of the Christian catechumenate, through the approach of the New Cultural History.

Keywords: baptism, catechumenate, apostolic tradition.

¹ Graduanda em História na Universidade Federal de Sergipe (DHI/UFS).

1. INTRODUÇÃO:

O Batismo cristão tem sua origem na Bíblia, a partir das ações de João Batista que batizava àqueles que se arrependiam dos seus pecados. Entretanto, em suas pregações, João Batista ressaltava que haveria de emergir um homem de maior estirpe que batizaria não apenas com a água, mas, fundamentalmente com o Espírito Santo. Este homem seria Jesus Cristo, o qual acabou por transmitir aos seus discípulos que o Batismo se apresentaria como a via salvífica do cristianismo.

Esse pedido do próprio Jesus de Nazaré, expresso por exemplo em Mateus 28, 19, é destinado àqueles que acreditavam nos seus ensinamentos e desejavam segui-lo, especialmente após à sua ressurreição. A ação dos discípulos como ministros desse sacramento é relatada ao longo do novo testamento, porém está em maior evidência no livro dos Atos do Apóstolos.

Ocorre que, com o passar do tempo, aproximadamente por volta do século dos século II ao III d.C, o cristianismo primitivo passou a constituir a natureza doutrinal do batismo. Necessidade essa que pode ser notada por meio da análise dos incontáveis texto que a patrística se preocupou em escrever sobre o batismo. Dentre eles destacasse um livro escrito por Hipólito de Roma no século III d.C que apresenta não somente um rito batismal, como também fases e etapas a serem cumpridas por aqueles que desejavam recebê-lo.

Em face do exposto, esse trabalho buscará estudar os elementos pertencentes ao batismo na Igreja Primitiva romana sobre a ótica da obra Tradição Apostólica escrita por Hipólito de Roma, por se tratar do documento mais antigo a respeito do catecumenato cristão. Dentre outras questões, objetivamos compreender o funcionamento do ritual do batismo cristão na sociedade romana, tal como, as intencionalidades que estão por trás da defesa de determinado modelo de batismo.

Ademais, o anseio por pesquisar sobre esse tema surgiu após observar as diretrizes que a Igreja do Brasil vem emitindo a respeito da iniciação cristã. Medidas que passaram a mudar desde de o Concílio Vaticano II. No qual, a Igreja Católica tem revisitado os seus primórdios, especialmente a filosofia elaborada no período conhecido como Patrística, em busca de uma renovação na sua liturgia, exegese, espiritualidade e teologia. Uma das áreas que tem sido bastante influenciada é o ensino da fé, que é

responsável por introduzir o neófito na Igreja, sendo essa ação chamada de catequese de inspiração catecumenal.

Nos dias que correm, as obras que debatem esse modelo de catequese se apoiam nos escritos dos Padres da Igreja, especialmente no catecumenato de Hipólito de Roma. No entanto, são debates de cunho pastoral e teológico, que acabam explicando superficialmente o funcionamento dos sacramentos no passado, apenas como uma maneira de fundamentar suas ideias.

Ao buscar historiadores que versassem sobre tal temática, notamos um déficit historiográfico no âmbito da trajetória dos sacramentos na antiguidade. Assim sendo, o presente trabalho buscará pesquisar sobre o modelo de batismo apresentado na Tradição Apostólica, a fim de compreender a relevância desse escrito para o cristianismo antigo e tentar solucionar tais lacunas historiograficamente.

Para tanto, empregamos noções fornecidas pela Nova História Cultural representada por Roger Chartier e pelo filósofo Michel Foucault na pesquisa que está organizada em três partes. Inicialmente será abordado o aporte teórico que fundamenta esse trabalho, em seguida faremos uma rápida contextualização acerca da história do batismo e finalizaremos analisando historicamente a obra Tradição Apostólica de Hipólito de Roma.

2. O QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO:

Fundada em 1929, a escola dos *Annales* foi organizada em torno do periódico francês *Les Annales d'Histoire Économique et Sociale*, seus pensadores trouxeram novas possibilidades para o estudo da ciência histórica construindo, dentre outras dimensões, a importante corrente chamada de História Cultural.

De acordo com Guy Bourdieu e Hervé Martin (1983, p.119-128), Marc Bloch e Lucien Febvre, criadores da revista, foram responsáveis por postular uma História que criticou a escola Metódica, ao passo que, defendiam a unidade das ciências humanas; a pluridisciplinaridade na pesquisa histórica; a ampliação dos objetos de estudo da disciplina; a diversidade nas fontes utilizadas pelos historiadores; como também, o trabalho de compreensão das estruturas mentais da cultura analisada.

Ao longo do tempo, a revista dos *Annales* passou por diversas transformações, como afirma Júlia Silveira Matos (2010, p. 119). Entre elas, alterações no seu título que

durante o período da Segunda Guerra Mundial ficou definido como *Mélanges d'Histoire Sociale*. No entanto, com a morte de Marc Bloch e a formação de uma nova equipe, constituída por F.Braudel, G.Friedmann, L. Febvre, Ch.Morazé e P.Levillot, o nome da revista é novamente modificada em 1946 para *Les Annales. Économies. Sociétés. Civilizations*.

Ainda em 1946, Fernand Braudel assumiu o cargo de diretoria da revista dos *Annales*, dando início a uma nova fase para o grupo. Herdeiro do estruturalismo de Lévi-Strauss e do materialismo de Karl Marx, o historiador foi responsável pelo estudo aprofundado sobre o tempo de longa duração; pela inovadora concepção de tempo estrutural; como também, por postular em defesa da ligação entre o tempo e o espaço (geo-história), ambos aplicados na sua importante obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II* (1949). Ademais, o surgimento da análise de fontes por meio de abordagens da história quantitativa foram intensamente valorizadas por Braudel e pelos historiadores daquele momento.

Denominada como segunda geração dos *Annales*, esse período foi igualmente marcante por conta da institucionalização do grupo. Que começou ainda sob a liderança Lucien Febvre com a criação da VI Seção da Escola Prática de Altos Estudos e na direção de Fernand Braudel, que seguiu com a fundação da Casa das Ciências do Homem. Além disso, a significativa conquista do *status* universitário com a fundação da Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais, a EHESS.

Com a aposentadoria de Fernand Braudel em 1968, Jacques Le Goff e Georges Duby lideraram um novo momento da escola dos *Annales*. No decorrer dessa etapa os historiadores transferiram a base da pesquisa para a cultura, tirando o foco da economia superestimado pela geração anterior. Essa fase destacou-se pelo estudo qualitativo e serial das mentalidades e por se voltar para “micro-temas” que antes eram marginalizados.

Segundo Peter Burke (1992, p. 65-66), no fim da década de 70 reações negativas à abordagem quantitativa e contrárias aos domínios da história social e da estrutural, desencadearam no retorno de pesquisas voltadas para a história política; no ressurgimento da narrativa como forma de escrita histórica; no direcionamento à uma história antropológica.

Contudo, foi por volta de 1980 que a Nova História Cultural francesa surgiu, em resposta às insatisfações com relação à história cultural dos anos 60 e 70, que era representada pela história das mentalidades, história serial e quantitativa. Por falta de um corpo teórico bem delimitado, a matéria encontrou-se ameaçada por novas disciplinas, como sociologia e psicologia, que se tornavam dominantes no ensino superior e que puseram seus objetos e metodologias em questão. Fazendo assim, a história se submeter a novas exigências teórico-metodológicas.

Diante disso, Roger Chartier na obra *A Educação na França* de 1976, Norbert Elias na produção *O Processo Civilizador* de 1939, Michel Foucault no livro *História da Loucura* de 1961, entre outros especialistas no campo das humanidades, repensaram a história das mentalidades, confeccionando um campo teórico melhor delimitado para a compreensão da utilização mental. Como exemplo disso, na obra *A História Cultural* Roger Chartier (2002, p.16-17) restringe o objetivo da disciplina quando escreve: “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”

Ante o exposto, elucidaremos os teóricos aplicados ao longo dessa monografia, sendo eles Roger Chartier e Michel Foucault.

2.1. OS CONCEITOS DE REPRESENTAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE ROGER CHARTIER:

Historiador francês nascido em 1945 na cidade francesa de Lyon, Roger Chartier se formou concomitantemente em História licenciatura e bacharelado pela Escola Normal Superior de Saint-Cloud e na Universidade de Sorbonne. É filiado à escola dos *Annales* e compõe a quarta geração da mesma. Sendo um dos maiores expoentes da Nova História Cultural francesa, vem contribuindo nos estudos que pretendem compreender diversas culturas. Dentre as temáticas estudadas por Chartier estão a Idade Moderna, a prática da leitura e da construção do livro.

Tomando a Nova História Cultural como referência para esse trabalho, o estudo das noções fornecidas por Chartier foram essenciais para conduzir a análise do batismo na obra de Hipólito de Roma. Dentre elas utilizaremos as concepções de Prática e

Representação Social; Apropriação e Lutas de Representações. Assim sendo, explicaremos suas definições e aplicações nessa monografia.

A ideia de Prática Social está ligada às atitudes humanas sejam elas culturais, religiosas ou políticas; como também aos seus costumes e modos de se comportar em variadas circunstâncias. Nesse estudo observaremos as diferentes formas de batizar e ser batizado na antiguidade como uma Prática Social que manifestam-se na liturgia do rito batismal e nas tradições criadas em torno dele.

Ao passo que, a concepção Representação Social se relaciona com o modo que o homem constrói intelectualmente o mundo, ou seja, é aquilo que é imaginado da realidade. Tal como Chartier (2002, p. 21) define em seu livro “A relação de representação – entendida, deste modo como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por esta, por lhe estar conforme...” Empregaremos essa concepção nas ideias que surgem dentro da religião para explicar a necessidade do batismo e fundamentar essa prática.

É significativo enfatizar a complementariedade dessas noções, a Prática Social gera Representações, assim como o inverso. Nesse sentido consideramos o batismo apresentado como um caminho de salvação pelos teólogos cristãos, criando assim uma representação para os fiéis da necessidade do sacramento para a redenção dos pecados, levando à práticas do batismo como a única forma de fazer parte do cristianismo e de ser salvo.

Seguindo a sequência, a caracterização da Apropriação refere-se à forma que os humanos se apoderam de diversas coisas que são próprias de outros grupos e que, no entanto, não deixam de ser incluídas e de receberem releituras para se encaixar no grupo ao qual passa a pertence. Desse modo, Roger Chartier (2002, p. 136) esclarece a importância da apropriação para compreensão das sociedades escrevendo “Para tal, uma noção parece ser útil, a noção de apropriação porque permite pensar as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção.” Assim sendo, podemos pensar na prática de ablução (uso da água como agente purificador) que está presente em variadas religiões da mesma época que o cristianismo primitivo, entre elas o judaísmo e o islamismo, e que é apropriada ao universo cristão recebendo significados próprios.

Por fim, as Lutas de Representações, são responsáveis por configurar o campo de concorrência entre as representações. Nessa perspectiva, encontramos as diversas disputas em torno da prática batismal e suas representações. Na qual, Hipólito de Roma defende uma forma e significado para o batismo que, no entanto, certamente não é a única a circular no cristianismo daquele século.

2.2 . O CONCEITO DE DISCURSO DE MICHEL FOUCAULT:

Michel Foucault nasceu em 15 de outubro de 1926, na cidade francesa de Poitiers. Filho de uma tradicional família de médicos, ele escolheu caminhos divergentes ao se formar em Filosofia no ano de 1948 e no ano seguinte em Psicologia. Foi diplomata cultural no exterior e ministrou conferências e palestras em numerosas universidades em diversos locais mundo, tais como a Alemanha, os Estados Unidos da América, a Suécia, o Brasil e a Tunísia. Foi também, um ativista de vários grupos que lutavam contra o racismo, a favor dos Direitos humanos e em campanhas pela reforma penal.

Em 1970, o francês, entrou para o *Collège de France* no qual ocupou a cátedra que ele denominou de Histórias dos Pensamentos e que preencheu até sua morte. Morreu em 25 de junho de 1984 aos 57 anos, por complicações decorrentes da AIDS. De maneira geral, estudou a constituição histórica do sujeito no ocidente, tendo como principais obras a História da Loucura na Idade Clássica (1961); O Nascimento da Clínica (1963); Arqueologia do Saber (1965); As Palavras e as Coisas (1966); Vigiar e Punir (1975); História da Sexualidade: Volume 1 (1976), Volumes 2 e 3 (1984).

Sua relação com os membros da disciplina histórica foi, inicialmente, conflitante e problemática por ele não possuir formação na área. Tal como explica Lynn Hunt (1992, p. 38), ela passou por incontáveis embates, sendo até mesmo rejeitado por alguns historiadores, e apenas em 1970 começou a acontecer o relutante reconhecimento de sua obra. Seu propósito era, toda via, romper os métodos e limites convencionais da disciplina. Contudo, nos dias que correm, a consolidada obra de Michel Foucault é referenciada em trabalhos de disciplinas variadas, não mais se limitando ao campo histórico ou filosófico, mas conversando com disciplinas como Direito; Sociologia; Ciências Políticas; entre outras.

No campo da História, Foucault está normalmente relacionado como uma grande influenciador da História Política. No entanto, nesse trabalho, assim como dos historiadores da Nova História Cultural que sofreram influência de Foucault, buscamos aplicar seu conhecimento no estudo das camadas culturais da sociedade.

Em vista disso, utilizaremos o conceito de Discurso buscando assimilá-lo assim como elucidou Lynn Hunt (1992, p. 48-49): “Viu o discurso como ‘a ordenação dos objetos’, não apenas como grupo de signos, mas como relações de poder.” Desse modo, aplicaremos a concepção de discurso produzida por Michel Foucault para analisar os distintos discursos gerados pela Patrística sobre as práticas e representações do batismo e dessa forma compreender a vontade de verdade² que está por trás de cada um daqueles escritos. Bem como, observar o jogo de rarefações, de reagrupamentos e de unificações dos discursos

Por conseguinte, a noção de Poder que empregaremos será importante para enxergar os interesses que estão encobertos por trás das palavras da Patrística. Afim de perceber as motivações que levam tais Padres elaborarem discursos naquele determinado momento, para então concluir os fatores que consolidam a produção vencedora como verdade. Logo, adotaremos a interpretação de Lynn Hunt (1992, p. 46) para a conceituação do poder: “O poder existe como ‘uma rede infinitamente complexa de micropoderes’, de relações de poder que permeiam todos os aspectos da vida social”.

3. UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O BATISMO:

Com o propósito de compreender o batismo vivenciado pelos cristãos romanos dos séculos II ao III discutiremos brevemente a respeito dos usos ritualísticos da água em religiões do mediterrâneo, afim de pensarmos como isso foi apropriado pelo batismo cristão.

Dessa forma, é indispensável refletir a respeito do significado da palavra Batismo. Palavra esta derivada do grego *bapto* ou *baptizo*, tem como significado literal: emergir; afogar; afundar; e como significado derivado: purificar; lavar; destruir. Revelando assim o importante caráter presente no batismo que é o fato dele representar um banho purificador para àqueles que o recebem.

² São artimanhas que transformam um discurso em verdadeiro e outro falso, envolvendo aspectos do poder e do desejo. Ou seja, “A vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade[...]” (FOUCAULT, 1970, p. 19-20)

No entanto, na própria bíblia o novo testamento emprega o termo grego *báptismos* remetendo as purificações judaicas e somente quando a palavra *báptisma* é usada observamos a referência ao batismo cristão, como constata Salvatore Marsili (2009, p.191-192). Nos levando assim às abluções e banhos que marcam não apenas o cristianismo, como também ritos judaicos; ritos dos egípcios; ritos babilônicos; ritos indianos e em variadas religiões do mundo antigo. Rituais esses que possuem uma finalidade em comum ao se utilizar da água como uma forma de lavar e purificar o adepto ao culto.

Ainda que o uso da água seja uma prática ritualística comum à variadas religiões da mesma época, o cristianismo, que emerge como uma seita judaica, se apropria especialmente de numerosos aspectos do judaísmo e certamente o batismo não ficaria à parte dessa influência. Por conta disso elucidaremos alguns aspectos da religião judaica considerando a influência exercida diretamente no cristianismo.

Ao pesquisar sobre as purificações judaicas é inevitável se deparar com abundantes tipos e formas ritualísticas que são prescritas nas leis de pureza e santidade encontradas no Levítico 11-26. Tais com os rituais de limpeza de impurezas sexuais; lavagem de doenças; purificação de alimentos; ritos que marcam a purificação da iniciação dos prosélitos ao universo judeu.

Entretanto, são os ritos de introdução no povo de deus dedicados aos estrangeiros que possuem uma extrema importância para a compreensão do significado do batismo cristão. Conforme aponta Marsili (2009, p.191-192), essa “iniciação” dos prosélitos que passava pela circuncisão simbolizando o ingresso na Aliança, pelo banho que representando a passagem pelo Mar Vermelho, pelos sacrifícios e pelas instruções; tal como podemos observar em: Levítico 17, 8-15; Números 15,1-15.

Fórmulas estas que é apropriada pelo o cristianismo ao ser difundido pelos apóstolos porém, ao longo do tempo, passa por algumas modificações buscando adaptar-se à realidade do cristianismo. Como podemos observar em Atos dos Apóstolos 15, 1-35 momento que surge uma problemática a respeito da circuncisão dos pagãos entre Paulo e Barnabé na Antioquia. Estes não chegando à conclusão alguma levam aos anciãos de Jerusalém que optam pela exclusão da prática de circuncisão no cristianismo, conciliando tradição judaica conforme as necessidades emergentes desse cristianismo em formação.

Regressando para a configuração da mitologia propriamente cristã, a prática batismal no novo testamento aparece inicialmente com os batismos de penitência realizados por João Batista nos livros de Marcos 1,5 e Lucas 3,15-16, banho esse que o próprio Jesus de Nazaré se submete em Marcos 1, 9-11 e Lucas 3, 19-20. Ainda nos evangelhos podemos observar que Jesus após sua ressurreição ordena “Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura. Aquele que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado.” Marcos 16, 15-16³.

Contudo, é no livro Atos dos Apóstolos que são relatados numerosos batismos realizados pelos apóstolos e que podemos observar essa prática se configurando, bem como ganhando significados próprios. Em Atos 2, 38-41 observamos Pedro que após o Pentecoste assinala o batismo e o arrependimento como o caminho para que aqueles que o ouviram seu discurso se convertam e passem a viver como cristãos. Enquanto em Atos 8, 9-25 é apresentado um grande mago da Samaria chamado Simão que se converteu ao cristianismo e se batizou, juntamente com outras pessoas da região, após a pregação de Filipe. Em seguida é narrado o batismo de um eunuco que é batizado por Filipe, que é alertado por um anjo através de um sonho e vai ao encontro dele em Atos 8, 26-40. Outros batismos mencionados são o de Saulo em Atos do Apóstolos 9, 18; o dos primeiros gentios em Atos do Apóstolos 10, 47-48; dos discípulos em Éfeso no livro dos Atos do Apóstolos 19, 5; dos judeus de Jerusalém em Atos do Apóstolos 22, 16.

Existem ainda referências à prática batismal e sua representação para os primeiros cristãos em outros livros do novo testamento, como é o caso de 1Coríntios 1, 13-17; Romanos 6,3-4; Gálatas 3,27; Efésios 5, 26; Colossenses 2, 12; 1 Pedro 3,21. Esses fragmentos revelam um caráter de explicação do significado teológico da prática do batismo, ao passo que seus autores buscam expressar a natureza batismo e o simbolismo que possuiu para aquele grupo.

Exposto esse breve histórico sobre o batismo bíblico iremos agora examinar os debates da patrística, representada por Hipólito de Roma, que giram em torno do batismo e que objetivam definir e institucionalizar o corpo teológico e ritualístico dessa prática que rememora o tempo do próprio Jesus e dos seus discípulos.

4. O BATISMO NA TRADIÇÃO APOSTÓLICA DE HIPÓLITO DE ROMA:

³ Podemos observar acontecimento similar em Mateus 28, 18-19.

A biografia de Hipólito é demasiada confusa o que nos permite reconstruir partes de sua vida, reconstruções estas que nos levam à suposições que preenchem a biografia desse importante presbítero romano.

Embora fosse formado em filosofia grega, sua origem é muito discutida e atualmente os biógrafos aceitam que provavelmente nasceu no oriente por ser familiarizado com os cultos orientais e pela sua grande influência nas igrejas do oriente, que pode ser observada pelas inúmeras traduções de seus textos nessas línguas.

Sabemos ainda, que foi discípulo de Irineu de Lyon, do qual herdou o efervescente desejo de combater as heresias e defender a tradição ortodoxa da Igreja, como também foi um escritor erudito. Contudo até meados do século XIX estava num estado de esquecimento, conhecido por poucos textos que chegavam até os historiadores e teólogos fragmentados em grego ou em versões orientais. Tal indiferença se deu pela ausência de informações precisas a seu respeito, como também, por ser o último escritor que utilizou a língua grega em Roma. Diante da suas obras, Ramón Trevijano Etcheverria (1994, p.135-142) afirma que Hipólito de Roma foi autor de um grupo de escritos exegéticos, filosóficos, pastorais e históricos e que estes revelam a sua trajetória como um clérigo ortodoxo.

Sobre sua vida os dados que conhecemos, embora escassos, nos faz compreender um pouco de seu itinerário enquanto presbítero. O escrito *Philosophoumena* (Refutação de todas as heresias) que teve a primeira parte publicada em 1851, contando com Orígenes como autor, e que tempos mais tarde foi evidenciado que o verdadeiro autor foi Hipólito de Roma, nos revela partes da vida agitada desse presbítero romano e de sua luta contra o Monarquismo.⁴

Ao longo de sua vida Hipólito se indispôs com o papa Zeferino (198-217) quando o acusou de herege por não encerrar o debate sobre a corrente monarquianista, quando na verdade ele era pouco versado em problemas teológicos e contrário à discussões metafísicas, por isso ele se restringia a reafirmar fórmulas tradicionais. Em vista dessa ausência de posicionamento, o papa Zeferino foi tomado por muitos e por Hipólito como ignorante, herético e cúmplice do erro.

⁴ É uma doutrina difundida em Roma especialmente por Sabélio (?- 215) que defendia a completa unidade de deus e considerava que o filho e o espírito santo foram apenas manifestações do *logos* que era representado pelo pai, sendo somente esse o deus verdadeiro. Essa heresia está inserida nos debates acerca da natureza trina do deus cristão que só foi definida no Concílio de Niceia (325).

Com a morte de Zeferino, os clérigos romanos elegeram Calisto (218-223) para ocupar a cátedra de Roma, que era o principal diácono de Zeferino e encarregado da administração dos bens da Igreja romana. Contudo, Hipólito discordou completamente da eleição do papa Calisto, após ele afirmar que a doutrina defendida por Hipólito levaria a adoração de dois deuses. Hipólito acaba também nomeando Calisto de herético quando ele suavizou a disciplina para os penitente de pecado mortal. Em resposta as discordâncias com Calisto ele escreveu no livro 9 da *Philosophoumena*:

O primeiro (Calisto) ousara autorizar atos de prazer, dizendo-se capaz de perdoar os pecados de todo mundo. Qualquer pessoa que se deixasse seduzir por outra, poderia ser perdoada se fosse cristã de nome e aderisse à escola de Calisto... Queria aplicar no caso as palavras do apóstolo: “Quem és tu para o servo de outrem?” (Rm 14,4) e ensinava que a parábola do joio – “Deixa crescer a erva má juntamente com o trigo” (Mateus 13,30) – se aplicava àqueles que cometessem pecados após sua entrada na Igreja. Calisto afirmava ainda, diz Hipólito, que a arca de Noé era figura da Igreja e aí se encontravam cães, lobos, urubus e toda espécie de animais puros e impuros. Assim pretendia devesse ser a Igreja. (HIPÓLITO apud GIBIN, 2019, p. 16-17)

Segundo Diogo Marangon Pessotto (2020, p. 53-66), mesmo envolvido em variados embates discursivos acerca da doutrina cristã, Hipólito de Roma possuiu o apoio de um grupo influente de clérigos romanos que discordavam da autoridade de Calisto e supostamente o elegeram bispo de Roma.

Embora seja responsável por tantas desavenças com os representantes da igreja e considerado por muitos como o primeiro antipapa, Hipólito volta à comunhão com a Igreja quando o imperador Maximino Trácio (235-238) manda ele, juntamente com o papa Ponciano (230-235), para o exílio na Sardenha. Antes do seu martírio ele se reconciliou com Ponciano, sendo os dois bispos mortos em 235. De acordo com Maucyr Gibin (2019, p. 14), foi durante o comando do papa Fabiano (236-250) que se realizou a transladação dos corpos dos dois mártires pela fé para Roma, os restos mortais de Ponciano foi levado para o Cemitério dos Papas e o de Hipólito para a via Tiburtina.

Tal como elucida Maucyr Gibin (2019, p. 11-13), setenta anos depois de sua morte Eusébio afirma que Hipólito foi chefe de uma igreja, no entanto não informa o local de sua sede. Inúmeros autores discutiram a respeito da sede de seu episcopado, entre eles, Anastácio e Jorge Sincelo, que na *Chornicon paschale* afirmam que era chefe da igreja do Porto (local próximo a Roma) e o Papa Gelásio atribuiu seu bispado à

metrópole da Arábia. No entanto, foram Apolinário de Laodiceia e Leôncio de Bizâncio que atribuíram-lhe a sede episcopal de Roma, o que fez com que ele ficasse conhecido como “Hipólito de Roma”.

Em 1551 foi descoberta uma estátua sem cabeça em Roma datada do século III no possível cemitério subterrâneo que Hipólito foi enterrado. Ela possui uma pessoa sentado em uma cátedra episcopal e na cátedra foram gravadas uma lista de obras escritas por ele, entre elas a Tradição Apostólica, indicando a veneração pelas pessoas que a ergueram e conseqüentemente que ele morreu em comunhão com a igreja romana. Há algum tempo foi posto na estátua uma cabeça masculina, conforme Hubertus R. Drobner (1999, p. 133-144) ela ficou anos no museu de Latrão e em 1959 foi colocado na entrada da Biblioteca do Vaticano em Roma.

4.1. A TRADIÇÃO APOSTÓLICA:

Voltando-se agora para o texto de Hipólito chamado Tradição Apostólica, podemos afirmar que até fim do século XIX não passava de um título escrito na estátua que foi redescoberta no século XVI. O texto atual da Tradição Apostólica é resultado da comparação e reconstrução minuciosa feitas por estudiosos, realizadas a partir de algumas composições antigas que tratam da mesma temática, tais como, as Epítomes do capítulo VIII do livro *Constituciones Apostólica* trazia uma parte chamada *Constitucion de Hipólito*; a compilação árabe chamada de *Cánones de Hipólito* encontrada 1879.

Coleção dos cânones da igreja de Alexandria; e o Testamento do Senhor, uma compilação de oito livros cujo o título geral era Constituições apostólicas; que levaram pesquisadores como E. Schwartz (1910) e R. H. Connolly (1916) à conclusão de que todos esses escritos derivavam da obra *Traditio Apostolica* e a partir delas eles puderam reconstruir o texto original. Dentre as diversas versões que foram encontradas da Tradição Apostólica, Gibin (2019, p.19-25) explica que só restaram os textos em línguas coptas; adaptações gregas; árabe; latina; etiópica; sendo todas elas essências para a reconstrução da versão original.

Desse modo, conseguimos constar que o texto da Tradição Apostólica foi escrito por volta do ano 215 e representa um modelo ideal da vida cotidiana da igreja romana, sendo um estatuto eclesiástico que visa recordar a disciplina dos apóstolos dando

orientações a povo e aos chefes das igrejas cristãs. Estando incluída no gênero de ordenamentos eclesiásticos, que se inicia com a *Didaque*⁵, a obra possui formas básicas da direção jurídica da igreja, como também, indicações pastorais e possibilita aos historiadores uma melhor compreensão da vida e liturgia da igreja romana.

A obra está dividida em três partes principais são elas: Constituição hierárquica da comunidade, Iniciação e catecumenato, Observâncias da comunidade. A primeira parte descreve o ritual de eleição e consagração de bispo, a oração de consagração, a liturgia eucarística para essa ocasião e as bênçãos que provêm da consagração. Posteriormente, o autor indica normas e orientações para a ordenação de presbíteros e diáconos. Por último, Hipólito faz algumas considerações sobre os confessores, os leitores, as virgens, os subdiáconos e os que possuem o dom de cura.

A segunda parte, que vai ser analisada mais detalhadamente nessa pesquisa, trata sobre os neófitos. Nesse sentido o escritor fala sobre as profissões proibidas aos cristãos, os catecúmenos, o batismo, confirmação e da comunhão. Esse fragmento da obra descreve atenciosamente o batismo romano, deixando em evidência o processo de introdução no cristianismo e como a comunidade acompanhava os candidatos.

A última trecho parte faz um apanhado sobre o costume dos cristãos, tais como a eucaristia dominical, o jejum, a oração diária, leitura espiritual, entre outros. Não é um conjunto ordenado como as outras partes do livro, porém busca, assim como as outras, retomar tradições antigas a fim de orientar os cristãos.

4.2. ANÁLISE DA SEGUNDA PARTE DO LIVRO A TRADIÇÃO APOSTÓLICA

Nesse fragmento Hipólito de Roma versa a respeito da forma de iniciação do pagão no universo do cristianismo. A princípio, o presbítero romano, dirige-se àqueles que pela primeira vez se juntam à comunidade e descreve como todos os envolvidos devem se comportar.

Aquele que desejava ser cristã era levado à presença do catequista e quem levou o pagão para ouvir a palavra é responsável por dar testemunho a respeito da vida deste. Como podemos ver no trecho:

⁵ É uma compilação de escritos de diversos autores que funcionou como um catecismo para os primeiros cristãos. Atualmente se atribui sua criação às regiões da Síria, Antioquia ou Palestina e sua datação está localizada em meados dos anos 90 depois de cristo.

Os que são trazidos, pela primeira vez, para ouvir a Palavra sejam primeiramente conduzidos à presença do catequista – antes da entrada do povo – e sejam interrogados sobre o motivo pelo qual se aproxima da fé. Deem testemunho deles os que os tiverem conduzido, dizendo se estão aptos a ouvir a Palavra. (HIPÓLITO, 2019, p. 80)

Imediatamente o futuro catecúmeno passava por um interrogatório prévio, que possui um caráter bem minucioso e que buscava assegurar a autenticidade da conversão dos que pretendiam receber o batismo. Esse inquérito buscava saber a respeito da vida pessoal de quem desejava entrar na comunidade e só quem era aceito após a resposta das perguntas que era capaz de seguir o caminho do catecumenato, por isso essa fase é nomeada pelos estudiosos com pré-catecumenato. Alguns dos questionamentos listados são: se o indivíduo é escravo e se for faz se necessário que o seu senhor seja cristão; se é casado e nesse caso terá que viver a monogamia. Procuram também, saber sobre a ocupação do candidato e listando trabalhos que são proibidos aos cristãos, dentre elas o de ator, de gladiador, de sacerdote pagão, de feiticeiro, de escultor de ídolos, dos que mantem casa de prostituição, de cocheiro, entre outros. A maioria se submete à uma condição parecida que é o abandono da prática ou proibição de fazer parte da comunidade cristã.

Inquirir-se-á também a respeito dos trabalhos e ocupações dos que se apresentam para ser instruídos. O que mantém casa de prostituição desista, ou seja recusado. O escultor ou pintor será ensinado a não fazer ídolos: ou cesse ou seja recusado. O que é ator ou representa no teatro cesse ou seja recusado. O professor de crianças é bom que cesse; no entanto seja-lhe permitido ensinar se não possui outra habilidade... (HIPÓLITO, 2019, p. 81-82)

Em seguida, o autor aborda o tempo do catecumenato que segundo ele tem duração de três anos, que pode ser abreviada de acordo com conversão do catecúmeno. É nesse momento que eles são instruídos pelos catequistas, escutam a palavra e recebem orações feitas pelos catequistas. “Ouçam os catecúmenos a Palavra durante três anos. Se algum deles for atento e dedicado, não se lhe considerará o tempo: somente o seu caráter – nada mais - será julgado.” (HIPÓLITO, 2019, p. 84)

Hipólito ressalta ainda, que os catecúmenos são separados do restante dos fiéis e estes não podem dar a paz, pois seu ósculo ainda não é santo. Assim como destaca o fato de mulheres devem saudar apenas as mulheres e os homens apenas homens.

Acrescenta ainda, que as mulheres devem usar um manto para cobrir a cabeça⁶ e que os catecúmenos que forem aprisionados por causa da fé chegando à morte, não devem temer pois mesmo sem ser batizado ele terá seus pecados perdoados e receberá o batismo no seu sangue.

Logo depois, o filósofo romano escreve a respeito daqueles que são eleitos para o batismo e que são preparados para recebê-lo no ritual. Esses escolhidos passaram novamente por um exame de vida que julgará se viveu, cumpriu e testemunhou os ensinamentos evangélicos. A partir disso são separados e passam por exorcismos diariamente e aproximando-se do dia do batismo o bispo deve exorcizar cada um, para checar sua pureza.

Nesse momento, Hipólito de Roma descreve algumas práticas muito relevantes da comunidade cristã:

Sejam *baptizandi* instruídos no sentido de que se lavem e se banhem no quinto dia da semana. Se uma mulher estiver menstruada, seja posta à parte e receberá o Batismo em outro dia. Jejuem os que receberão o Batismo na véspera do sábado; e, no sábado, serão eles reunidos em um só local, designado pelo bispo. Ordene-se a todos que rezem e se ajoelhem: impondo sobre eles a mão, exorcizará o bispo todos os espíritos ‘estranhos’ para que fujam e não tornem jamais; ao terminara o exorcismo, sobre-lhes no rosto. Depois de marcar-lhes com o sinal da cruz a fronte, os ouvidos e as narinas ele os fará levantar-se. (HIPÓLITO, 2019, p. 86-87)

Assim, eles se banham no quinto dia da semana, jejuam, são exorcizados pelo bispo e recebem o sinal da cruz como forma de preparação para receber o batismo.

De madrugada deve-se rezar sobre a água, que seguindo a tradição judaica deve ser corrente exceto em caso de necessidade extrema. Os batizando despirão suas roupas que representa o despojamento e despego de tudo, sendo primeiro batizadas as crianças, depois os homens e por fim as mulheres. Fazendo referência ao batismo infantil o autor afirma que aqueles que não puderem falar por se mesmo, aceitará o batismo pela fala dos pais ou de alguém da família.

Antes do banho batismal o bispo separará dois óleos, um chamado de óleo de ação de graça e outro de óleo de exorcismo, que será posto pelo diácono à direita e à esquerda do bispo. Assim, acolhem os que vão receber o batismo e fazem a renúncia a

⁶ A tradição do uso do véu foi relatada anteriormente por Paulo em 1Cor 11, 6 “Se a mulher não se cobre, mande cortar os cabelos! Mas, se é vergonhoso para a mulher ter os cabelos cortados ou raspados, cubra a cabeça!”

satanás, que é seguida pela unção que o sacerdote faz com o óleo de exorcismo. Logo após se realiza tríplice imersão na água, acompanhada da profissão da fé, depois com a unção do óleo de ação de graças, finalizado o banho os batizados todos se dirigem à igreja onde a comunidade os esperam. De acordo com Vicente de Paulo Moreira (2011, p. 143), tal tradição possui várias referências em escritos da mesma época, inclusive nas cartas de Inácio de Antioquia.

Assim que desce à água o que é batizado, diga-lhe o que batiza, impondo sobre ele a mão: Crês em Deus Pai Todo-poderoso? E o que é batizado responda: Creio. Imediatamente, com a mão pousada sobre a sua cabeça, batize-o aquele uma vez. E diga, a seguir: Crês em Jesus Cristo, Filho de Deus, que nasceu do Espírito Santo e da Virgem Maria, e foi crucificado sob Pôncio Pilatos e morreu e, vivo, ressurgiu dos mortos no terceiro dia, e subiu aos céus e sentou à direita do Pai e há de vir julgar os vivos e os mortos? Quando responder: Creio, será batizado pela segunda vez. E diga novamente: Crês no Espírito Santo e na santa Igreja? Responda o que está sendo batizado: Creio. E seja batizado pela terceira vez. Depois de subir da água, seja ungido com o óleo santificado, pelo presbítero, que diz: Unjo-te com óleo santo, em nome de Jesus Cristo. Depois, um por um, vistam-se e entrem na igreja. (HIPÓLITO, 2019, p. 89-91)

Os ritos que serão descritos a seguir é chamado de ritual pós-batismal, nele acontece a Confirmação e a Eucaristia. No momento da Confirmação, Hipólito descreve a imposição das mãos sobre os batizados feita pelo bispo agora na comunidade. O bispo executa uma oração que é seguida da unção do óleo de ação de graças em sinal da cruz na fronte e concluída o ósculo dado pelo o bispo e depois pela comunidade aos batizado. Por fim é realiza a primeira Eucaristia da vida daqueles cristãos e o texto descreve o ritual eucarístico, a ação de graças, a distribuição do pão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante disso faz-se necessário levantar algumas considerações. Primeiro que a obra Tradição Apostólica em seu próprio título já revela a intencionalidade de uma busca pela ortodoxia e o desejo de salvaguardar as formas e ritos tradicionais do passado, logicamente protestando contra as inovações realizadas em seu tempo. Essa necessidade de escrever um livro sobre as “tradições” herdadas dos apóstolos revela um campo de tensões e lutas de representação que aconteciam em torno da ritualística batismal naquele momento histórico.

Por conta disso, sabemos que provavelmente a liturgia retratada na obra pertence a uma época mais antiga, que segundo Diogo Marangon Pessotto (2020, p. 53-66) está possivelmente associado à segunda metade do século II. O que conseguimos confirmar através da comparação com as descrições de Tertuliano (160-220) em sua obra *O Batismo* que discute a respeito da representação da água batismal e sua importância para os cristãos, de modo que entra em alguns aspectos ritualísticos da prática batismal.

Em vista disso, podemos analisar o fato da Tradição Apostólica não ser um texto oficial, sendo apenas orientações e modelos oferecidos por um presbítero às comunidades e aos chefes da igreja romana. E como todo modelo há muito ideal envolvido nela, ou seja, provavelmente essa ‘tradição’ não era cumprida por toda a Igreja e seus patriarcados nem mesmo na época anterior a Hipólito de Roma.

Observamos ainda, que o autor se apropria da prática e da representação do batismo que está expressa na bíblia. No caso da prática social, ele absorve a execução do banho batismal na água e a fórmula de batismo em nome de Jesus Cristo. E no âmbito da representação, ele se utiliza do pensamento que atribui ao batismo o poder de salvação na vida do cristão e a noção do batismo como um símbolo da conversão do neófito.

Toda via, é interessante notar que no intervalo de aproximadamente três séculos a prática do batismo se apresenta de maneira demasiadamente complexa e multifacetada, divergindo do ritual elementar e despojado retratado pela bíblia. A fonte relata um batismo que para ser realizado o participante é obrigado a passar por um caminho repleto de ritos, etapas e regras. Como também, verifica-se que a representação da conversão se transforma, enquanto na bíblia assim que os pagãos ouviam a palavra e essa tocava o seu interior logo se convertia e era batizado, se modificando na tradição proposta por Hipólito aonde o indivíduo só consegue ser digno de receber o batismo após “provar” sua conversão à comunidade passando pelas diversas fases que é narrada no texto.

Ademais, concluímos que essa busca por um ideal ortodoxo que podemos observar no discurso emitido pela Tradição Apostólica é um reflexo da própria vida de Hipólito de Roma que sempre esteve envolvido em lutas de representações a respeito da doutrina cristã. Seja contra os monarquistas e acusando papa Zeferino herético, ou quando não aceita a eleição de Calisto e o critica publicamente por abrandar a disciplina

penitencial da igreja. Buscando sempre ser testemunha do discurso verdadeiro e acusando todos os outros de herético, o presbítero se utiliza do discurso que emite através de seus livros para exercer poder sobre os cristãos. E certamente o faz sem medo algum de sofrer retaliações, por ser representante de um grupo de clérigos romanos que possuíam grande influência na região.

Assim, enxergamos a vontade de verdade nas artimanhas do poder que Hipólito expressa em seu discurso ao definir a forma correta de realizar o batismo, usando a representação de que é uma prática herdada dos apóstolos, afim de fundamentar sua legitimidade. Ou quando cria explicações na obra *Philosophoumena*, de nove volumes, para elucidar os motivos que a corrente doutrinal que ele discordava deveria ser considerada herética e quando o bispo contrapôs sua opinião ele reagiu proclamando-se bispo de Roma e rompendo com a autoridade papal demonstrando ser possuidor de um discurso superior e mais correto.

Por fim, queremos reafirmar a importância dessa obra para o estudo do batismo, bem como do catecumenato, dos primeiros séculos principalmente por se tratar de uma fonte que traz uma descrição detalhista e por servir como modelo inspirador para iniciação cristã da Igreja atual.

6. FONTES DA PESQUISA:

BÍBLIA. *A Bíblia de Jerusalém*: Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

HIPÓLITO. *Tradição Apostólica de Hipólito de Roma*: liturgia e catequese em Roma no século III. Trad. Maria da Glória Novak. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROS, José D'Assunção. A HISTÓRIA CULTURAL E A CONTRIBUIÇÃO DE ROGER CHARTIER. *Diálogos* - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Maringá-PR. v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BARROS, José D'Assunção. A NOVA HISTÓRIA CULTURAL – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos De História*, Belo Horizonte-BR, v. 12, n. 16, p. 38-63, maio, 2011.

BOURDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*, Mira Sintra- Men Martins-POR: Europa-América, 1983. p. 119-152.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola do Annales (1929-1989)*. 2. ed. São Paulo:UNESP,1992.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. 2. ed. Alges-POR: Difusão, 2002.

- DROBNER, Hubertus R. *Manual de Patrología*. Barcelona: Heder, 1999. p. 133-144.
- ETCHEVERRIA, Ramón Trevijano. *Patrologia*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1994. p. 135-142.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GIBIN, Maucyr. Introdução. In: HIPÓLITO. *Tradição Apostólica de Hipólito de Roma*: liturgia e catequese em Roma no século III. Trad. Maria da Glória Novak. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 33-62.
- MARSILI, Salvatore. *Sinais do Mistério de Cristo*: teologia dos sacramentos, espiritualidade e ano litúrgico. São Paulo: Paulinas, 2009. p.191-232.
- MATOS, Júlia Silveira. Tendências e Debates: Da escola dos *Annales* à História Nova. *Historiae*, Rio Grande do Sul, v 1, n 1, p. 113-130, 2010.
- MOREIRA, Vicente de Paulo. Catecumenato e Iniciação Cristã na Tradição Apostólica de Hipólito de Roma. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 19, n. 74, p. 135-148, abr./jun.2011.
- NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. O cristianismo primitivo como objeto da história cultural: delimitações, conceitos de análise e roteiros de pesquisa. *Antíteses*, v.8, n.16, p.31-49, jul./dez. 2015.
- OLIVEIRA, Cícero Josinaldo da Silva. CHARTIER E FOUCAULT: PODER, CULTURA E REPRESENTAÇÃO. *Poliética*. Revista de Ética e Filosofia Política. São Paulo. v. 6, n. 2, p. 68-87, 2018.
- PESSOTTO, Diogo Marangon. A iniciação cristã na Tradição Apostólica de Hipólito de Roma. *Coletânea*: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 53-66, jan./jun. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br. Acesso em: 13 dez. 2020.